Docusign Envelope ID: CB86DD51-27B4-491E-A563-0BB758D84FF7

Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação

CNPJ nº 97.528.044/0001-20

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação apresenta as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024, permanecendo à disposição dos acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 17 de abril de 2025. **A Administração**

Demonstrações Contábeis - Exercício social findo em 31/12/2024 - Em reais

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.629.501	2.200.175
Contas a receber	5	1.029.747	4.056.502
Adiantamentos		1.092.789	1.082.080
Impostos a compensar	6	733.635	726.807
Estoques	7	1.102.182	890.011
Partes relacionadas	8	9.948.576	7.517.307
Outros ativos		209.028	208.488
		15.745.458	**16.681.370**
Não circulante			
Carta de crédito	9	2.762.829	2.538.909
Bloqueio judicial		119.726	118.328
Depósito judicial		193.169	197.740
Tributos diferidos	10	3.516.346	1.077.701
Outros valores a receber	11	4.341.416	3.186.040
Investimentos	12	900.823	900.823
Imobilizado	13	112.158.277	18.759.318
		123.992.586	**26.778.859**
Total do ativo		**139.738.044**	**43.460.229**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2024	2023
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	12.297.029	12.079.577
Fornecedores		2.523.154	877.927
Obrigações trabalhistas	15	8.019.695	7.135.504
Obrigações fiscais	16	884.741	798.695
Adiantamento de terceiros		46.458	19.350
Parcelamentos de impostos	17	207.664	207.664
Acordos a pagar		183.425	536.312
Outras contas a pagar		127.117	193.588
		24.289.283	**21.848.617**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	25.512.718	11.833.301
Parcelamentos de impostos	17	841.313	1.048.977
Impostos diferidos	18	28.551.271	-
Provisão para demandas judiciais	19	-	79.061
		54.905.302	**12.961.339**
Patrimônio líquido			
Capital social	20	7.622.347	7.477.925
Reserva de capital		3.798.739	2.787.785
Ajuste de avaliação patrimonial	20	55.423.055	-
Reserva legal		174.434	174.434
Reserva de lucros		945	945
Prejuízos acumulados		(6.476.061)	(1.790.816)
		60.543.459	**8.650.273**
Total do passivo e patrimônio líquido		**139.738.044**	**43.460.229**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**7.477.925**	**2.787.785**	**-**	**174.434**	**945**	**(693.987)**	**9.747.102**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(1.096.829)	(1.096.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**7.477.925**	**2.787.785**	**-**	**174.434**	**945**	**(1.790.816)**	**8.650.273**
Subscrição de ação	144.422	-	-	-	-	-	144.422
Prêmio na subscrição de ações	-	1.010.954	-	-	-	-	1.010.954
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	55.423.055	-	-	-	55.423.055
Ajuste do exercício anterior	-	-	-	-	-	76.745	76.745
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(4.761.988)	(4.761.988)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**7.622.347**	**3.798.739**	**55.423.055**	**174.434**	**945**	**(6.476.061)**	**60.543.459**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

	2024	2023
Receita bruta		
De serviços	107.692.365	100.953.308
(-) Deduções da receita bruta		
Impostos sobre faturamento	(1.367.310)	(2.019.066)
Receita líquida	**106.325.055**	**98.934.242**
(-) Custo de serviços prestados	(87.752.892)	(80.820.649)
Lucro bruto	**18.572.163**	**18.113.593**
Receitas (despesas) operacionais		
Com pessoal	(8.153.495)	(7.955.083)
Administrativas	(7.694.208)	(6.443.237)
Serviços de terceiros	(2.486.855)	(2.065.945)
Taxas	(49.067)	(156.461)
Outras receitas	289.789	665.000
Outras despesas	(663.673)	(456.989)
	(18.757.509)	**(16.412.715)**
Lucro (despesa) operacional antes do resultado financeiro	**(185.346)**	**1.700.878**
Receitas financeiras	202.420	184.376
Despesas financeiras	(7.217.707)	(3.482.452)
Prejuízo antes dos impostos	**(7.200.633)**	**(1.597.198)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	2.438.645	500.369
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-
Prejuízo líquido do exercício	**(4.761.988)**	**(1.096.829)**
Ações do capital integralizado, na data do balanço	7.622.347	7.477.925
Prejuízo líquido por ação (em R$)	(0,62474)	(0,14668)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes

	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício	**(4.761.988)**	**(1.096.829)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(4.761.988)**	**(1.096.829)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

	2024	2023
Fluxo de caixa originado de atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	**(4.761.988)**	**(1.096.829)**
Ajustes por:		
Depreciação	9.055.782	9.115.751
Provisão para demandas judiciais	(79.061)	79.061
Resultado na venda do imobilizado	-	(665.000)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	3.026.755	587.491
Adiantamento	(10.709)	(109.651)
Impostos a recuperar	(6.828)	(302.346)
Estoque	(212.171)	(60.471)
Tributos diferidos	(2.438.645)	(500.369)
Outros ativos	(540)	(21.301)
Carta de crédito	(223.920)	(485.050)
Bloqueio judicial	(1.398)	(66.728)
Depósito judicial	4.571	-
Outros valores a receber	(1.155.376)	-
Fornecedores	1.645.227	(150.833)
Obrigações trabalhistas	884.191	679.039
Obrigações fiscais	86.046	(13.412)
Adiantamento de terceiros	27.108	19.350
Parcelamentos de impostos	(207.664)	(435.101)
Acordos a pagar	(352.887)	(92.349)
Outras contas a pagar	(66.471)	(104.027)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**5.212.022**	**6.377.225**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos em terminais	-	(128.928)
Aquisição do ativo imobilizado	(18.480.415)	(1.095.251)
Receita com vendas de imobilizado	-	665.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(18.480.415)**	**(559.179)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	32.950.000	11.336.862
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(18.976.388)	(14.356.484)
Emissão e subscrição de ações	1.155.376	-
Partes relacionadas	(2.431.269)	(2.004.621)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**12.697.719**	**(5.024.243)**
Aumento (redução), líquida, do caixa e equivalentes de caixa	**(570.674)**	**793.803**
No início do exercício	2.200.175	1.406.372
No final do exercício	1.629.501	2.200.175
Aumento (redução), líquido, do caixa e equivalentes de caixa	**(570.674)**	**793.803**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação (denominada de "Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, fundada em 25 de maio de 2011, é uma sociedade anônima fechada, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Em 1 de agosto de 2017, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo a alteração de endereço da Companhia para a Rua Marco Giannini, 533, Jardim Gilda Maria, São Paulo - SP, CEP 05550-000. Em 24 de maio de 2019, foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D13 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2018/0003187-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7 de janeiro de 2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e demais normas aplicáveis, com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 64/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D13 em caráter emergencial e a título precário de delação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 28 de julho de 2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 6 de setembro de 2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando: o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês. E, em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, na Cidade de São Paulo, nos termos do artigo 2 do Decreto Municipal nº 58.200, de 5 de abril de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30 de novembro de 2018, do Lote D13, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015.

2. Políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n° 6.404/76 com alterações da Lei n° 11.638/07 e Lei n° 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas, julgamentos e premissas, o que exige da Administração julgamento para aplicação das práticas contábeis da Companhia. Essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou ainda as áreas nas quais as premissas e estimativas são relevantes para preparação das demonstrações financeiras. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia **são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a** Companhia atua («moeda funcional»). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **d. Demonstração de resultados abrangentes:** Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes. **e. Julgamentos e estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas: • Redução ao valor recuperável - *impairment* e vida útil de imobilizado - nota n° 13; • Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade - nota nº 19.: **f. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros ou não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os ativos financeiros, no reconhecimento inicial, são classificados como: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas. **Mensuração subsequente:** *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado) quando, e apenas quando: • os direitos de receber fluxos de caixa de ativo financeiro expiram; • a Companhia transfere os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro; • a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou • a Companhia não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo ou grupo de ativos financeiro. A redução do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas, e tão somente, se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo, e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. O valor da redução é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia e suas subsidiárias mensuram a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável. Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. **(ii) Passivos financeiros:** A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos. **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, a Companhia deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais com prazo máximo de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. **h. Contas a receber de clientes:** O contas a receber é composto por valores efetivos de serviços prestados pelo transporte público de passageiros. **i. Estoques:** O estoque está avaliado pelo valor do custo médio, acrescido de sobra ou reduzido pela provisão para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **j. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos pelo menos uma vez ao ano, e em 31 de dezembro de 2024, não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação. Os veículos foram ajustados ao valor justo, conforme laudo emitido por empresa especializada, em 20 de dezembro de 2024. A contrapartida foi registrada no patrimônio líquido denominado de ajuste de avaliação patrimonial. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento presente ou passado, e se a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e provável de um recurso econômico exigido para liquidar a obrigação. **l. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. **m. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **n. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável por redução e suspensão excedente de R$ 20 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado com as adições e exclusões, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, podendo deduzir 100% do prejuízo do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3. Normas, alterações e interpretações: As alterações emitidas às normas vigentes, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas alterações, se cabível, quando entrarem em vigor. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. • Adoção ao IFRS18: Apresentação das demonstrações financeiras. Aplicáveis a período anual com início em ou após 1 de janeiro de 2027. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes em caixa:

	2024	2023
Caixa e bancos	1.252.780	1.269.328
Aplicações financeiras	376.721	930.847
	1.629.501	**2.200.175**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber: Os saldos das operações em 31 de dezembro de 2024, decorrem da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura Municipal de São Paulo por meio da Secretaria Municipal de Transporte.

6. Impostos a recuperar:

Descrição	2024	2023
IRRF sobre aplicação financeira	82.281	75.453
IRPJ a compensar	451.574	451.574
CSLL a compensar	199.780	199.780
	733.635	**726.807**

7. Estoques: O saldo do estoque é composto de peças, componentes e acessórios para manutenção da frota operacional.

8. Partes relacionadas:

Descrição	2024	2023
Alfa Rodobus Participações S.A.	4.729.608	915.513
Cooperativa de Trabalho dos Condutores Autônomos	5.218.968	6.601.794
	9.948.576	**7.517.307**

9. Carta de crédito: Refere-se às cotas de consórcios para futura aquisição de veículos.

10. Tributos diferidos - Ativo:

Descrição	2024	2023
IRPJ diferido	2.585.548	792.427
CSLL diferido	930.798	285.274
	3.516.346	**1.077.701**

O saldo do IRPJ e CSLL diferidos são compostos por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis. As premissas para constituição desses créditos consideraram os históricos de lucros fiscais e as expectativas de auferir lucros fiscais nos próximos exercícios, fundamentados por estudos técnicos que evidenciam como provável a obtenção de lucros tributáveis futuros.

11. Outros valores a receber: Refere-se aos valores a receber pela subscrição e prêmio na emissão de ações.

12. Investimentos: Conforme item 3.49 do contrato, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3., 1.1.4. e 1.1.5. do referido contrato.

13. Imobilizado:

Descrição	Taxa de depreciação (a.a.)	2024 Custos	2024 Depreciação acumulada	2024 Líquido	2023 Líquido
Terreno		15.965.000	-	15.965.000	-
Veículos	25%	154.195.595	(63.549.665)	90.645.930	15.166.987
Equipamentos de informática	20%	334.571	(243.525)	91.046	151.653
Máquinas e equipamentos	10%	349.059	(190.263)	158.796	117.659
Equipamentos embarcados	10%	2.359.130	(1.448.688)	910.442	1.160.358
Ferramentas	10%	106.279	(67.291)	38.988	53.624
Móveis e utensílios	10%	474.593	(73.712)	400.881	398.955
Instalações	10%	2.350.000	(36.250)	2.313.750	
Benfeitoria em imóvel de terceiros	10%	1.915.962	(282.518)	1.633.444	1.902.169
		178.050.189	**(65.891.912)**	**112.158.277**	**18.759.318**

Movimentação do custo

Descrição	2023	Adições	Baixas	Mais valia	2024
Terreno	-	15.965.000	-	-	15.965.000
Veículos	70.141.269	80.000	-	83.974.326	154.195.595
Equipamentos de informática	334.571	-	-	-	334.571
Máquinas e equipamentos	271.904	77.155	-	-	349.059
Equipamentos embarcados	2.359.130	-	-	-	2.359.130
Ferramentas	104.942	1.337	-	-	106.279
Móveis e utensílios	467.670	6.923	-	-	474.593
Instalações	-	2.350.000	-	-	2.350.000
Benfeitoria em imóvel de terceiros	1.915.962	-	-	-	1.915.962
	75.595.448	**18.480.415**	**-**	**83.974.326**	**178.050.189**

Movimentação da depreciação

Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Veículos	(54.974.282)	(8.575.383)	-	(63.549.665)
Equipamentos de informática	(182.918)	(60.607)	-	(243.525)
Máquinas e equipamentos	(154.245)	(36.018)	-	(190.263)
Equipamentos embarcados	(1.198.772)	(249.916)	-	(1.448.688)
Ferramentas	(51.318)	(15.973)	-	(67.291)
Móveis e utensílios	(68.715)	(4.997)	-	(73.712)
Instalações	-	(36.250)	-	(36.250)
Benfeitoria em imóvel de terceiros	(205.880)	(76.638)	-	(282.518)
	(56.836.130)	**(9.055.782)**	**-**	**(65.891.912)**

14. Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Vencimento	Taxa	2024	2023
Capital de giro	mar/34	0,60% a 1,83% a.m.	33.314.424	10.190.496
Financiamento	nov/27	0,74% a 1,34% a.m.	4.495.323	13.722.382
			37.809.747	**23.912.878**
		Circulante	12.297.029	12.079.577
		Não circulante	25.512.718	11.833.301

Movimentação de empréstimos e financiamentos

Modalidade	2023	Captação	Provisão de juros	Pagamento Principal	Pagamento Juros	2024
Capital de giro	10.190.496	32.950.000	3.988.486	(9.826.072)	(3.988.486)	33.314.424
Financiamento	13.722.382	-	2.900.051	(9.227.059)	(2.900.051)	4.495.323
	23.912.878	**32.950.000**	**6.888.537**	**(19.053.131)**	**(6.888.537)**	**37.809.747**

15. Obrigações trabalhistas

Descrição	2024	2023
Salários a pagar	1.060.214	996.152
Férias a pagar	379.653	303.895
INSS a recolher	800.114	814.549
FGTS a recolher	53.487	145.578
Pró-labore a pagar	75.775	178.894
Provisão de férias	5.438.651	4.534.265
Outros	211.801	162.171
	8.019.695	**7.135.504**

16. Obrigações fiscais:

Descrição	2024	2023
INSS - Desoneração	577.351	533.384
IRRF a recolher	291.526	256.529
Outras	15.864	8.782
	884.741	**798.695**

17. Parcelamentos de impostos:

	2024	2023
Curto prazo		
Programa Especial de Regularização - Federal (a)	68.755	68.755
Programa Especial de Regularização - Previdenciário (b)	138.909	138.909
	207.664	**207.664**
Longo prazo		
Programa Especial de Regularização - Federal (a)	274.103	342.859
Programa Especial de Regularização - Previdenciário (b)	567.210	706.118
	841.313	**1.048.977**

a) Em 13 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao programa de Parcelamento Especial de Regularização Tributária para Demais Débitos - PRT, dos tributos federais do período de novembro de 2014 a dezembro de 2015, em 180 parcelas. **b)** Em 13 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao programa de Parcelamento Especial de Regularização Tributária para Débitos Previdenciário - PRT, do período de dezembro de 2014 a junho de 2016, em 145 parcelas.

18. Impostos diferidos - passivo: Refere-se ao imposto de renda e contribuição social sobre o reconhecimento do valor justo do ativo imobilizado.

19. Provisão para demandas judiciais: A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. ***Passivos contingentes - risco de perda possível:*** A Companhia possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R$ 7.286.539 (R$ 6.936.076, em 2023), não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

20. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social é de R$ 7.622.347, sendo 6.333.670 ações ordinárias nominativas com direito à voto e 746.000 ações preferenciais nominativas sem direito à voto da Classe P01 e 542.677 ações preferenciais nominativas sem direito à voto da Classe P02. ***Ajuste de avaliação patrimonial:*** Referem-se ao reconhecimento do valor justo do ativo imobilizado.

21. Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social:

	2023	2022
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(7.200.633)	(1.597.198)
Alíquota nominal	34%	34%
Benefício à alíquota nominal	**2.448.215**	**543.047**
Ajustes dos tributos sobre o lucro		
Outras adições e exclusões líquidas	(9.570)	(42.678)
	2.438.645	500.369
Alíquota efetiva	34%	31%
Tributo corrente	-	-
Tributo diferido	2.438.645	500.369

22. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía cobertura de seguro de frotas e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

23. Evento subsequente: No dia 28 de fevereiro de 2025, a Prefeitura de São Paulo determinou a substituição da concessionária Upbus Qualidade em Transportes S.A., do lote D4, do sistema de transporte público coletivo na cidade de São Paulo para Companhia. Conforme a Carta de Intenção, no período de transição, a Companhia está av